

ESPIRITUALIDADE AMAZÔNICA DOS PAITER-SURUÍ E JUSTIÇA CLIMÁTICA: INTERFACES ENTRE RELIGIÃO, ÉTICA E NATUREZA

**AMAZONIAN SPIRITUALITY OF THE PAITER-SURUÍ AND CLIMATE JUSTICE:
INTERFACES BETWEEN RELIGION, ETHICS, AND NATURE**

**ESPIRITUALIDAD AMAZÓNICA DE LOS PAITER-SURUÍ Y JUSTICIA
CLIMÁTICA: INTERFACES ENTRE RELIGIÓN, ÉTICA Y NATURALEZA**

Douglas Aparecido Bueno

● Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2010), graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2005), graduação em Administração - Claretiano - Faculdade (2013), graduação em Psicologia pela Universidade Metodista de Piracicaba (2021), graduação em Teologia pelo Centro Universitário de Araras Dr. Edmundo Ulson (2017), graduação em Pedagogia - Claretiano Centro Universitário (2022), mestrado em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba (2011), doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2017) e doutorado em Gestion du Patrimoine Culturel pela Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne (2016). Atualmente é membro do Comitê de Ética da Universidade Federal de Rondônia; Vice-Coordenador do Mestrado em Filosofia da mesma instituição; é professor visitante - Federiciana Università Popolare, Psicólogo do Conselho Federal de Psicologia, Professor Pesquisador - Southern Illinois University Carbondale, Professor Adjunto II da Universidade Federal de Rondônia. Tem experiência em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, atuando principalmente nos seguintes temas: Filosofia, Psicologia e Direito.

Maribgasotor Suruí

● Aluno do Bacharelado em Direito pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), indígena da etnia Paiter-Suruí, atuando em agroecologia e agrofloresta junto à comunidade mãe.

RESUMO

O presente artigo investiga as interfaces entre religião, espiritualidade indígena e justiça climática, tendo como foco a cosmovisão e as práticas ambientais do povo Paiter-Suruí, na Amazônia brasileira. Partindo do contexto da emergência climática global, discute-se como a espiritualidade desse povo constitui um horizonte epistemológico e ético fundamental para enfrentar os desafios contemporâneos da crise socioambiental. A pesquisa, de caráter bibliográfico e analítico-crítico, mobiliza fontes nacionais e internacionais em diálogo com a literatura indígena e a teologia ecológica, a fim de evidenciar o papel das práticas espirituais Paiter-Suruí no manejo sustentável da floresta, na resistência política e na promoção da justiça climática. Os resultados apontam que a espiritualidade Paiter-Suruí integra cosmologia, ética e política em um projeto de vida que valoriza a reciprocidade, o cuidado e a interdependência entre humanos e natureza, oferecendo um paradigma alternativo às abordagens hegemônicas de sustentabilidade. Conclui-se que a inclusão de epistemologias indígenas no debate sobre mudanças climáticas amplia a compreensão de justiça climática e fortalece as possibilidades de construção de políticas ambientais mais justas e eficazes.

Palavras-chave: Espiritualidade indígena; Paiter-Suruí; Justiça Climática; Religião; Mudanças Climáticas.

ABSTRACT

This article investigates the interfaces between religion, indigenous spirituality, and climate justice, focusing on the worldview and environmental practices of the Paiter-Suruí people in the Brazilian Amazon. Starting from the context of the global climate emergency, the article discusses how the spirituality of this people constitutes a fundamental epistemological and ethical horizon for addressing the contemporary challenges of the socio-environmental crisis. The research, which is bibliographic and analytical-critical in nature, mobilizes national and international sources in dialogue with indigenous literature and ecological theology in order to highlight the role of Paiter-Suruí spiritual practices in sustainable forest management, political resistance, and the promotion of climate justice. The findings suggest that Paiter-Suruí spirituality integrates cosmology, ethics, and politics in a life project that values reciprocity, care, and the interdependence between humans and nature, offering an alternative paradigm to hegemonic sustainability approaches. The study concludes that the inclusion of indigenous epistemologies in the climate change debate broadens the understanding of climate justice and strengthens the possibilities for building more just and effective environmental policies.

Keywords: Indigenous spirituality; Paiter-Suruí; Climate Justice; Religion; Climate Change.

RESUMEN

Este artículo investiga las interfaces entre religión, espiritualidad indígena y justicia climática, enfocándose en la cosmovisión y las prácticas ambientales del pueblo Paiter-Suruí, en la Amazonía brasileña. A partir del contexto de la emergencia climática global, se discute cómo la espiritualidad de este pueblo constituye un horizonte epistemológico y ético fundamental para enfrentar los desafíos contemporáneos de la crisis socioambiental. La investigación, de carácter bibliográfico y analítico-crítico, moviliza fuentes nacionales e internacionales en diálogo con la literatura indígena y la teología ecológica, con el fin de evidenciar el papel de las prácticas espirituales Paiter-Suruí en la gestión sostenible del bosque, en la resistencia política y en la promoción de la justicia climática. Los resultados apuntan a que la espiritualidad Paiter-Suruí integra cosmología, ética y política en un proyecto de vida que valora la reciprocidad, el cuidado y la interdependencia entre humanos y naturaleza, ofreciendo un paradigma alternativo a los enfoques hegemónicos de sostenibilidad. Se concluye que la inclusión de epistemologías indígenas en el debate sobre el cambio climático amplía la comprensión de la justicia climática y fortalece las posibilidades de construir políticas ambientales más justas y eficaces.

Palabras clave: Espiritualidad indígena; Paiter-Suruí; Justicia climática; Religión; Cambio climático.

INTRODUÇÃO

A crise climática impõe-se como um dos maiores desafios éticos, políticos e espirituais da humanidade contemporaneamente. O aumento das temperaturas médias globais, a intensificação dos eventos extremos e a degradação dos ecossistemas não afetam todos os povos de forma igualitária, mas recaem com maior severidade sobre comunidades vulneráveis, entre as quais os povos indígenas da Amazônia. Nesse cenário, torna-se imprescindível problematizar as contribuições que diferentes tradições religiosas e cosmologias oferecem para enfrentar a emergência climática, ampliando os horizontes da justiça climática para além de perspectivas estritamente técnico-científicas.

O papel da religião na esfera pública tem sido cada vez mais estudado em contextos de crise ambiental. Teólogos como Leonardo Boff (1995) e filósofos como Hans Jonas (2006) argumentaram que o cuidado com a Terra requer uma ética de responsabilidade ampliada, que reconheça a interdependência entre os seres humanos e natureza. Contudo, tais reflexões, ainda que decisivas, muitas vezes permanecem ancoradas em matrizes ocidentais, sem incorporar suficientemente a voz e a cosmovisão dos povos indígenas que, há milênios, estruturaram sua vida em íntima relação com a floresta.

Entre os diversos povos indígenas da Amazônia, os Paiter-Suruí se destacam por articular práticas espirituais, projetos de sustentabilidade e participação política ativa em defesa de seu território. Desde o reconhecimento oficial de sua Terra Indígena, em 1983, os Paiter-Suruí vêm mobilizando saberes tradicionais e instrumentos modernos para resistir à devastação ambiental, configurando um paradigma singular de justiça climática. Sua espiritualidade, enraizada na reciprocidade entre humanos, natureza e entidades espirituais, constitui uma fonte original de inspiração ética para a crise ecológica atual.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo investigar de que maneira a espiritualidade Paiter-Suruí pode contribuir para o debate sobre religião e mudanças climáticas, especificamente no campo da justiça climática. Partimos da hipótese de que a cosmologia indígena, ao integrar dimensões espirituais, éticas e ambientais, oferece uma epistemologia alternativa capaz de questionar o antropocentrismo moderno e propor novos horizontes para o cuidado da casa comum.

O estudo, metodologicamente, adota uma abordagem qualitativa, baseada na revisão bibliográfica de obras relevantes no campo da filosofia da religião, da teologia ecológica e das ciências ambientais. Somado a isso, a pesquisa se fundamenta na análise de relatos e documentos produzidos pelo próprio povo Paiter-Suruí, como o Plano de Gestão 50 anos Paiter-Suruí e registros sobre o Projeto de Carbono Suruí (REDD+). Para complementar essas abordagens, o estudo integra a autoetnografia do segundo autor, que é um Paiter-Suruí. A autoetnografia, conforme a concepção de Norman K. Denzin (2018), é uma abordagem metodológica qualitativa que mescla o pessoal e o cultural. A experiência pessoal do pesquisador indígena moldou a pesquisa ao proporcionar uma compreensão interna e vivida da cosmologia Paiter-Suruí, algo que a revisão bibliográfica e a análise documental não seriam capazes de capturar sozinhas. Essa abordagem permitiu ao estudo acessar a dimensão subjetiva e encarnada da espiritualidade Paiter-Suruí, validando seus saberes como uma forma legítima de conhecimento. Essa metodologia, portanto, permite articular a dimensão conceitual com experiências concretas de resistência e inovação socioambiental.

A relevância desta investigação se ancora no fato de que, ao discutir religião e mudanças climáticas, muitas análises privilegiavam tradições hegemônicas, como o cristianismo ocidental, negligenciando epistemologias indígenas. Inserir a espiritualidade Paiter-Suruí nesse debate não apenas diversifica o horizonte epistemológico, mas também reforça a urgência de escutar as vozes daqueles que estão na linha de frente da emergência climática.

Defende-se, como hipótese central, que a espiritualidade indígena, em especial a dos Paiter-Suruís, não constitui apenas uma prática cultural ou ritual, mas um sistema ético-espiritual capaz de fundamentar ações efetivas de justiça climática. Essa espiritualidade, ao compreender a floresta como um ser vivo e relacional, mobiliza práticas de cuidado que têm impacto direto na mitigação das mudanças climáticas e na defesa dos direitos coletivos.

Ao longo deste artigo, serão exploradas três dimensões principais: (1) a cosmologia Paiter-Suruí e seu papel como paradigma espiritual-ecológico; (2) a espiritualidade indígena, ética e sustentabilidade no enfrentamento da crise climática; e (3) a contribuição dessa espiritualidade para a formulação de uma justiça climática que reconheça a pluralidade de epistemologias.

Espera-se, assim, contribuir para o debate acadêmico e social sobre religião e mudanças climáticas, oferecendo uma leitura crítica e interdisciplinar que articule espiritualidade indígena, ética e justiça climática. Mais do que uma análise descritiva, este trabalho propõe-se como exercício hermenêutico e teológico, capaz de iluminar novos caminhos para a construção de uma ecologia integral, em diálogo com as tradições religiosas e espirituais que, como a dos Paiter-Suruí, vivem há séculos em reciprocidade com a floresta amazônica.

COSMOLOGIA PAITER-SURUÍ E SEU PAPEL COMO PARADIGMA ESPIRITUAL-ECOLÓGICO

A cosmologia Paiter-Suruí constitui-se como uma rede complexa de significados que articula a vida humana com a floresta, os rios, os animais e os seres espirituais que habitam o cosmos. Segundo registros etnográficos de Betty Mindlin (1993), a espiritualidade desse povo se expressa em narrativas míticas que interpretam a floresta como um ser vivo, cujo equilíbrio depende da reciprocidade entre humanos e não humanos. Essa concepção rompe com a lógica moderna de separação entre natureza e cultura, propondo uma ontologia relacional.

O caráter relacional da espiritualidade Paiter-Suruí encontra profunda afinidade com a noção de “ecologia integral” proposta por Leonardo Boff (2012), que defende a inseparabilidade entre ambiente, sociedade e espiritualidade. A cosmologia Paiter-Suruí oferece um desafio e uma oportunidade para a teologia cristã contemporânea, especialmente no que tange ao conceito de “sacramentalidade da criação”. Para a teologia, a criação é um “lugar teológico”, uma fonte de revelação divina. No entanto, essa compreensão muitas vezes foi ofuscada pelo antropocentrismo. O povo Paiter-Suruí, ao vivenciar a floresta como um “espaço habitado pelo sagrado”, onde os *yabn ey* (espíritos) e os seres não-humanos possuem agência e voz, demonstra uma sacramentalidade da criação em sua forma mais plena e imediata.

Para os Paiter-Suruí, a floresta não é apenas um palco para a ação humana; é um sujeito de relação, uma epifania do sagrado. Essa visão pode servir como uma “fonte de revelação” para a teologia cristã, desafiando-a a redescobrir a presença de Deus na pluralidade da criação, não apenas de forma simbólica, mas de forma concreta e ética. O grito dos povos indígenas pela defesa da floresta se torna, assim, um clamor profético que interpela a teologia a reconhecer a dignidade intrínseca do mundo natural e a construir uma ética ecológica baseada no respeito mútuo e na interdependência, resgatando a ideia de que a salvação não é apenas para o ser humano, mas para toda a criação. Isso fortalece o diálogo com teólogos como Jürgen Moltmann (1985), que propõe uma teologia da criação baseada na esperança e na promessa de que a criação será redimida.

No entanto, enquanto Boff argumenta pela necessidade de uma ética do cuidado para superar o paradigma tecnocrático, a cosmologia Paiter-Suruí a demonstra de forma vivenciada e prática. A rede de significados que articula a vida humana com a floresta, os rios, os animais e os seres espirituais não são uma teoria, mas a própria base de sua existência. O cuidado com a floresta, nesse sentido, não é um ideal abstrato, mas uma prática cotidiana inscrita em sua visão de mundo. A espiritualidade Paiter-Suruí, assim, vai além da proposição teórica, encarnando a ecologia integral em suas ações de reciprocidade e manejo do território.

A espiritualidade Paiter-Suruí não comprehende a floresta apenas como recurso econômico, mas como espaço sagrado habitado por espíritos que regulam a vida. A presença dos *yabn ey* (espíritos da floresta), relatada em narrativas orais, orienta a relação do povo com os ciclos de caça, pesca e cultivo. Essa perspectiva aproxima-se da tese de Philippe Descola (2005), segundo a qual muitos povos amazônicos partilham de um “animismo ontológico”, em que as entidades não humanas possuem agência e subjetividade.

Ao situar a floresta como sujeito de direitos espirituais, os Paiter-Suruí antecipam debates contemporâneos sobre a “personalidade jurídica da natureza”, já reconhecida em legislações de países como Equador e Bolívia. Como destaca Eduardo Gudynas (2011), o conceito de *buen vivir* rompe com a lógica desenvolvimentista e reivindica uma ética da vida em comum, perspectiva que dialoga com a cosmologia indígena e fortalece os princípios da justiça climática.

A centralidade da espiritualidade na organização social dos Paiter-Suruí manifesta-se também em seus rituais. Cerimônias como o *mapimáí* reafirmam a ligação com os ancestrais e com os espíritos da floresta, reforçando a dimensão espiritual da vida comunitária. Para Mindlin (1993), tais rituais são momentos de atualização simbólica da cosmologia, em que a comunidade renova seu pacto com a floresta.

Essa relação espiritual com a natureza contrasta com a lógica capitalista que reduz a floresta a mercadoria. Como enfatiza Enrique Leff (2010), a racionalidade ambiental dos povos indígenas desafia a hegemonia do paradigma econômico, introduzindo novos critérios de valor que incluem o sagrado, o comunitário e o espiritual. Os Paiter-Suruí, nesse sentido, resistem à mercantilização da vida ao afirmar a floresta como território espiritual.

A espiritualidade Paiter-Suruí contribui, assim, para uma crítica radical ao antropocentrismo moderno. Hans Jonas (2006), ao propor uma ética da responsabilidade voltada para as gerações futuras, já apontava a insuficiência das éticas centradas no humano isolado. Enquanto a ética de Jonas se concentra na responsabilidade para com as gerações futuras, a cosmovisão Paiter-Suruí aprofunda esse horizonte. Ao integrarem os espíritos, os animais e as árvores em sua rede de relações, os Paiter-Suruí ampliam ainda mais o horizonte da responsabilidade, incluindo dimensões espirituais não contempladas pela filosofia ocidental. Esse horizonte ampliado revela que a espiritualidade indígena não pode ser reduzida a folclore ou exotismo. Trata-se de um sistema de pensamento legítimo, que articula epistemologia, ética e política. Eduardo Viveiros de Castro (2015) descreve esse modo de pensar como “perspectivismo ameríndio”, onde cada ser possui um ponto de vista que deve ser respeitado. Tal noção ressoa com a espiritualidade Paiter-Suruí, que reconhece múltiplas vozes no cosmos.

A justiça climática, nesse contexto, ganha densidade ao ser pensada não apenas em termos distributivos, mas também relacionais e espirituais. Schlosberg (2007) argumenta que a justiça ambiental envolve dimensões de reconhecimento cultural e de participação política. Os Paiter-Suruí acrescentam a isso a necessidade de reconhecer os direitos espirituais da floresta, o que amplia as fronteiras conceituais da justiça climática.

É importante destacar que a espiritualidade Paiter-Suruí não se opõe à modernidade de forma absoluta, mas a ressignifica. O envolvimento desse povo no Projeto de Carbono Suruí (REDD+), coordenado por Almir Suruí, demonstra uma abertura ao diálogo com instrumentos contemporâneos de mitigação climática, sem abdicar de sua cosmologia. Nesse caso, espiritualidade e ciência se encontram, apontando para a possibilidade de alianças interculturais.

Esse diálogo com a modernidade é interpretado por Bruce Albert (2002) como um processo de “hibridização controlada”, em que os povos indígenas selecionam elementos externos que possam fortalecer sua autonomia. No caso dos Paiter-Suruí, a espiritualidade atua como filtro ético que orienta quais práticas externas podem ser incorporadas sem comprometer a integridade cultural.

A hibridização revela que a espiritualidade indígena não é estática, mas dinâmica, capaz de se reinventar em contextos de crise. Como argumenta Clifford Geertz (2001), a religião é um sistema simbólico que fornece modelos de realidade e para a realidade. Os Paiter-Suruí, ao reinterpretar sua espiritualidade em diálogo com os desafios climáticos, exemplificam esse dinamismo simbólico.

No plano teológico, a espiritualidade Paiter-Suruí desafia a teologia ocidental a ampliar sua noção de sacramentalidade. A floresta, entendida como espaço habitado pelo sagrado, convida a uma releitura da noção de “casa comum”, central na encíclica *Laudato Si’* do Papa Francisco (2015). O pontífice afirma que “tudo está interligado” (LS, n. 91), uma ideia que ecoa de forma natural na cosmológia indígena. Essa aproximação entre teologia ecológica e espiritualidade indígena abre novas possibilidades de diálogo inter-religioso. Enquanto muitas tradições cristãs ainda enfrentam dificuldades para superar a visão dominadora da natureza, os Paiter-Suruí oferecem um testemunho prático de convivência respeitosa com o ambiente, desafiando teólogos e filósofos a repensarem suas categorias.

A cosmológia Paiter-Suruí também pode ser interpretada como forma de resistência epistêmica. Boaventura de Sousa Santos (2010) argumenta que vivemos em um tempo de “ecologia de saberes”, no qual os conhecimentos subalternizados precisam ser reconhecidos em sua validade própria. A espiritualidade indígena, nesse contexto, constitui um saber que confronta a monocultura científica moderna e propõe alternativas plurais.

Essa ecologia de saberes é fundamental para pensar a justiça climática. Como destaca Naomi Klein (2014), a crise climática não é apenas ecológica, mas também resultado de um sistema econômico baseado na exploração. A espiritualidade Paiter-Suruí, ao enfatizar a reciprocidade com a floresta, apresenta um contraponto ético à lógica da exploração, reforçando a necessidade de alternativas civilizatórias.

A sacralidade atribuída à floresta pelos Paiter-Suruí desafia a própria noção de “recursos naturais”. Ao invés de recursos, a floresta é concebida como sujeito de relação. Essa concepção converge com propostas contemporâneas da

teologia ecofeminista, como as de Ivone Gebara (1997), que critica a lógica patriarcal de dominação sobre a Terra e reivindica uma ética de cuidado e reciprocidade. Nessa direção, a espiritualidade indígena amplia o horizonte da teologia da criação. Enquanto no pensamento cristão tradicional a criação é frequentemente interpretada como objeto de domínio humano, os Paiter-Suruí a percebem como rede viva de relações espirituais. Essa percepção pode inspirar releituras teológicas que rompam com dualismos herdados da modernidade.

A relação espiritual com a floresta não se restringe ao plano simbólico, mas possui consequências práticas diretas na preservação ambiental. Estudos de Daniel Nepstad et al. (2006) mostram que territórios indígenas na Amazônia apresentam índices significativamente menores de desmatamento em comparação com áreas não indígenas. A espiritualidade, nesse caso, funciona como motor de práticas sustentáveis concretas. Essa evidência reforça a hipótese de que a espiritualidade Paiter-Suruí constitui um paradigma espiritual-ecológico relevante para a justiça climática. Ao integrar práticas rituais, valores espirituais e ações políticas de defesa da floresta, esse povo demonstra que a espiritualidade pode ser uma ferramenta eficaz de mitigação climática.

Conclui-se, portanto, que a cosmologia Paiter-Suruí deve ser reconhecida como um sistema epistemológico legítimo e relevante para o enfrentamento da crise climática. Longe de ser uma tradição marginal, sua espiritualidade oferece fundamentos sólidos para repensar a relação entre religião, ética e ecologia, contribuindo de forma decisiva para o debate sobre justiça climática no Brasil e no mundo.

ESPIRITUALIDADE INDÍGENA, ÉTICA E SUSTENTABILIDADE NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA

A crise climática não pode ser entendida apenas como um problema técnico de emissão de gases de efeito estufa, mas como um fenômeno ético, social e espiritual. Nessa perspectiva, a espiritualidade Paiter-Suruí oferece categorias que articulam cuidado, reciprocidade e responsabilidade intergeracional, elementos essenciais para uma ética ecológica.

Em contraste com a ética individualista dominante, os Paiter-Suruí concebem a floresta como bem comum, cuja proteção é dever de toda a comunidade. Essa concepção ecoa a noção de “bens comuns globais” defendida por Elinor Ostrom (1990), que demonstra como comunidades locais podem gerir recursos naturais de forma mais sustentável que modelos centralizados de mercado ou Estado.

A ética da reciprocidade Paiter-Suruí é visível na prática de caça e coleta, onde regras espirituais orientam o equilíbrio ecológico. Segundo Mindlin (1993), existem tabus que impedem a caça excessiva e determinam períodos de descanso para certas espécies. Essa prática funciona como mecanismo de autorregulação, antecipando princípios modernos de manejo sustentável. Essa ética, no campo teológico, ressoa com o pensamento de Hans Küng (1991), que defendeu a necessidade de uma ética mundial baseada no respeito à vida. Contudo, enquanto Küng constrói seu argumento a partir de tradições religiosas globais, os Paiter-Suruí demonstram como esse princípio já se realiza concretamente em práticas comunitárias.

Os projetos de sustentabilidade desenvolvidos pelos Paiter-Suruí, como o Plano de Gestão 50 anos, representam uma aplicação prática dessa ética espiritual. Elaborado em 2009, o plano combina conhecimentos tradicionais e tecnologias modernas para proteger a floresta, reforçando a centralidade da espiritualidade como guia das ações políticas e ambientais. Essa articulação entre espiritualidade e política é analisada por Almir Suruí (2018), que defende a necessidade de “governança indígena” para enfrentar a crise ambiental. Para ele, a espiritualidade não é um elemento separado da gestão territorial, mas a base sobre a qual se constroem políticas de sustentabilidade.

Ao contrário da racionalidade ocidental, que frequentemente separa espiritualidade e política, os Paiter-Suruí demonstram que essas dimensões se sobrepõem. Isso se aproxima do conceito de “racionalidade ambiental” proposto por Enrique Leff (2010), que reivindica uma integração entre valores culturais e práticas ecológicas como alternativa à racionalidade econômica hegemônica. Nesse sentido, a ética Paiter-Suruí não é meramente normativa, mas performativa, isto é, se realiza nas práticas de manejo da floresta e nas estratégias políticas de defesa do território. Essa característica lembra o que Paul Ricoeur (1990) chamou de “ética da responsabilidade”, que não se limita a princípios abstratos, mas se concretiza em ações históricas.

A espiritualidade também é força de resistência contra a colonização e o extrativismo. Conforme Walter Mignolo (2011), a “desobediência epistêmica” é condição para superar o colonialismo. Os Paiter-Suruí, ao insistirem em suas práticas espirituais, resistem à imposição de epistemologias externas e reafirmam sua autonomia cultural. Essa resistência não se reduz à preservação cultural, mas contribui para a sustentabilidade global. Pesquisas de Nepstad *et al.* (2006) comprovam que as áreas indígenas são barreiras eficazes contra o desmatamento e as emissões de carbono. Ou seja, a espiritualidade Paiter-Suruí não apenas garante sua sobrevivência, mas beneficia toda a humanidade.

No debate ético contemporâneo, tal contribuição precisa ser reconhecida como justiça climática. Segundo Schlosberg (2007), justiça climática implica não apenas distribuição equitativa de recursos, mas também reconhecimento cultural e participação política. A espiritualidade Paiter-Suruí satisfaz esses critérios, ao articular identidade cultural e ação política ambiental. Esse reconhecimento, no entanto, encontra obstáculos no contexto brasileiro, marcado por políticas ambientais frágeis e pressões do agronegócio. Como aponta Ailton Krenak (2019), a lógica desenvolvimentista continua a tratar a floresta como mercadoria, ignorando os vínculos espirituais que os povos indígenas mantêm com ela.

A espiritualidade, nesse caso, funciona como instrumento de denúncia. Os rituais e narrativas Paiter-Suruí não apenas expressam uma visão de mundo, mas também afirmam uma crítica ao modelo destrutivo que ameaça a Amazônia. Tal denúncia ressoa com a profecia bíblica, no sentido em que as tradições religiosas frequentemente mobilizam símbolos para confrontar injustiças.

A dimensão simbólica é crucial porque amplia o alcance ético das ações. Como lembra Mircea Eliade (1957), o sagrado estrutura a percepção da realidade, oferecendo significados que transcendem o imediato. Nos Paiter-Suruí, o sagrado não se restringe a templos ou espaços separados, mas impregna a floresta inteira. Esse caráter holístico rompe com o dualismo natureza/cultura. Philippe Descola (2005) argumenta que as cosmologias amazônicas superam essa oposição ao reconhecer continuidade entre humanos e não humanos. A espiritualidade Paiter-Suruí é exemplo desse paradigma, que pode inspirar alternativas epistemológicas para a crise ambiental global.

A ética espiritual indígena também oferece uma pedagogia de sustentabilidade. O aprendizado das crianças ocorre por meio da transmissão oral de mitos e rituais, onde valores de cuidado e respeito pela floresta são incorporados desde cedo. Essa pedagogia contrasta com modelos ocidentais de educação ambiental, muitas vezes restritos ao aspecto técnico. Esse modelo pedagógico se aproxima da proposta de Paulo Freire (1996), para quem a educação deve ser libertadora e enraizada no contexto cultural. No caso indígena, a espiritualidade é o fio condutor dessa educação, que forma sujeitos capazes de resistir às pressões externas e de cuidar da floresta.

O entrelaçamento entre espiritualidade, ética e sustentabilidade também ilumina o debate inter-religioso. A teologia cristã, por exemplo, pode aprender com os povos indígenas novas formas de sacramentalidade da criação. Como destaca Jürgen Moltmann (1985), o Espírito de Deus atua na renovação da Terra, uma ideia que encontra ressonância natural na cosmologia Paiter-Suruí. Esse diálogo, no entanto, exige cuidado para evitar apropriações. A teologia deve reconhecer a autonomia das cosmologias indígenas, sem reduzi-las a metáforas cristãs. Trata-se de um encontro entre epistemologias distintas, onde o respeito e a reciprocidade são indispensáveis. A contribuição dos Paiter-Suruí ao enfrentamento da crise climática mostra que a espiritualidade não é obstáculo ao progresso, mas condição de sustentabilidade. Sua ética relacional prova que práticas espirituais podem gerar impactos ambientais positivos, superando o estereótipo de que religião seria irracional frente à ciência.

Note-se, a espiritualidade Paiter-Suruí constitui um modelo ético de sustentabilidade capaz de inspirar políticas públicas e práticas globais de mitigação climática. Reconhecê-la significa ampliar os horizontes da justiça climática e dar centralidade a vozes historicamente silenciadas. A cosmologia Paiter-Suruí não é um sistema estático, mas dinâmico e capaz de dialogar com a modernidade, sem, contudo, abdicar de sua autonomia. O envolvimento do povo no Projeto de Carbono Suruí (REDD+) e a subsequente parceria com a Google, por exemplo, demonstram uma abertura estratégica a instrumentos contemporâneos de conservação. Conforme a tese de “hibridização controlada” de Bruce Albert (2002), a espiritualidade Paiter-Suruí atua como um filtro ético para essa interação. As decisões de manejo da floresta, de vigilância do território por meio de tecnologias ou de uso dos recursos gerados pelo projeto não são baseadas exclusivamente em critérios econômicos ou técnicos, mas são guiadas por sua cosmovisão.

A decisão de demarcar e proteger seu território, por exemplo, não é apenas um ato político, mas uma expressão de seu dever espiritual de cuidar da “casa dos espíritos”. A tecnologia, nesse sentido, é ressignificada e colocada a serviço de uma ética ancestral. Ao utilizar drones e GPS para monitorar a floresta e combater o desmatamento, os Paiter-Suruí não estão se rendendo à lógica moderna, mas estão usando-a para fortalecer sua própria lógica de cuidado e proteção, provando que a espiritualidade pode ser um motor de ação política e ambiental no século XXI.

ESPIRITUALIDADE E JUSTIÇA CLIMÁTICA: DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS E POLÍTICOS

A justiça climática, como campo teórico e prático, exige a inclusão de epistemologias plurais. A espiritualidade Paiter-Suruí revela que sem o reconhecimento das cosmologias indígenas, qualquer formulação de justiça climática permanecerá incompleta. Esse reconhecimento passa por superar o colonialismo epistêmico que, ao longo dos séculos, deslegitimou saberes não ocidentais. Boaventura de Sousa Santos (2010), ao chamar esse processo de “sociologia das ausências”, expõe como a modernidade invisibilizou epistemologias fundamentais. A valorização da espiritualidade Paiter-Suruí, nesse sentido, não é apenas um ato de dignidade cultural, mas uma correção a essa ausência histórica.

Ao integrar espiritualidade, política e ontologia, os Paiter-Suruí mostram que a justiça climática não se limita à compensação econômica. Ela envolve, acima de tudo, a dignidade cultural e o reconhecimento de outros modos de vida. Essa visão dialoga profundamente com as propostas de Arturo Escobar (2016), que defende um “pluriverso” de formas de vida em oposição ao universalismo moderno. Se o pluriverso de Escobar nos convida a reconhecer a multiplicidade de ontologias, a proposta de Bruno Latour (2017), do parlamento das coisas, oferece um modelo de como essas ontologias podem ser politicamente representadas.

O “pluriverso” é mais que diversidade cultural: trata-se de reconhecer múltiplas ontologias. No caso Paiter-Suruí, o cosmos habitado por espíritos da floresta (*yabn ey*) deve ser levado a sério como uma realidade viva, e não apenas como uma metáfora. Esse reconhecimento é a condição fundamental para uma justiça climática autêntica, pois orienta as decisões práticas da comunidade. Por exemplo, a escolha de não caçar em certas áreas ou em épocas específicas é diretamente guiada pela crença de que esses locais são habitados por espíritos protetores, o que demonstra uma ética de respeito e reciprocidade que vai além da mera conservação. Essa lógica de manejo do território, baseada na espiritualidade, garante a resiliência do ecossistema e demonstra que a cosmovisão indígena é, de fato, um sistema de pensamento com impacto material e político.

A política ambiental brasileira, entretanto, ainda opera majoritariamente em uma lógica desenvolvimentista. Como aponta Marina Silva (2020), políticas de proteção ambiental frequentemente esbarram em interesses econômicos de curto prazo. A espiritualidade indígena pode tensionar essa lógica, oferecendo uma visão de longo prazo fundamentada na reciprocidade. Essa tensão é também epistemológica. Enquanto a ciência ocidental privilegia dados quantitativos, os Paiter-Suruí oferecem narrativas míticas e rituais como fontes válidas de conhecimento. Longe de serem incompatíveis, essas formas de saber podem se complementar em uma perspectiva transdisciplinar.

A transdisciplinaridade, defendida por Edgar Morin (2000) como caminho necessário para enfrentar crises complexas como a climática, encontra na espiritualidade indígena uma poderosa aliada. Incluir o conhecimento dos Paiter-Suruí não significa abandonar a ciência, mas enriquecer sua compreensão com outras rationalidades, gerando novas e mais eficazes políticas públicas. Experiências de cogestão territorial entre o Estado e povos indígenas já demonstraram resultados positivos, como no caso das Reservas Extrativistas. A espiritualidade Paiter-Suruí, ao guiar práticas de manejo sustentável, pode fortalecer tais iniciativas e oferecer um modelo replicável.

Internacionalmente, esse debate também se faz presente. A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) reconhece o direito à espiritualidade como parte essencial da autonomia. Incorporar isso às políticas climáticas globais é um imperativo ético. A justiça climática, portanto, não é apenas distributiva, mas também epistemológica e espiritual. Requer que diferentes cosmologias sejam reconhecidas como legítimas contribuições ao enfrentamento da crise, o que implica deslocar o sujeito central da ética. Não se trata apenas do ser humano moderno, mas de uma rede de seres interdependentes. A proposta de Bruno Latour (2017) de um “parlamento das coisas”, no qual os não-humanos devem ser representados politicamente, encontra na espiritualidade Paiter-Suruí uma materialização ritual e simbólica.

A prática ritual pode ser interpretada como uma forma de “representação cosmopolítica”, conceito desenvolvido por Isabelle Stengers (2005). Ao incluir espíritos e não-humanos em seu mundo social, os Paiter-Suruí demonstram uma política mais ampla do que a estatal. No entanto, o desafio é traduzir essa cosmopolítica para instâncias internacionais de governança climática. Fóruns como a COP ainda privilegiam discursos técnicos e marginalizam vozes espirituais, um desafio que a experiência Paiter-Suruí pode ajudar a superar. Nesse sentido, a cosmopolítica de Stengers, que permanece teórica, ganha uma dimensão vivida e pragmática na Amazônia.

A espiritualidade indígena também desafia o conceito de progresso. Como lembra Ailton Krenak (2019), o mito do desenvolvimento infinito é incompatível com a vida da Terra. Os Paiter-Suruí, ao priorizarem a continuidade da floresta, oferecem outro horizonte civilizatório. Esse horizonte se articula com o conceito de “bem viver” (*sumak kawsay*), difundido nos Andes. Ambos rejeitam o crescimento ilimitado e propõem um equilíbrio com a natureza, demonstrando que se trata de epistemologias convergentes que reforçam o caráter intercultural da justiça climática.

O desafio é transformar esse horizonte em políticas concretas. Iniciativas como o Projeto Suruí Carbono já mostraram que isso é possível, mas enfrentam pressões externas, exigindo apoio internacional para garantir sua continuidade e autonomia. A espiritualidade Paiter-Suruí, portanto, deve ser reconhecida como um recurso político e epistemológico. Não se trata de folclore, mas de uma força mobilizadora capaz de articular projetos, alianças e resistências. Essa visão se torna, assim, uma fonte de revelação para o debate acadêmico. Conclui-se que a espiritualidade Paiter-Suruí não oferece apenas uma contribuição ética, mas também epistemológica e política para a justiça climática, provando que a cosmologia indígena é um elemento crucial para a construção de um futuro sustentável e plural, onde a floresta é respeitada como um sujeito de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aprofundada neste artigo demonstrou que a espiritualidade Paiter-Suruí constitui um paradigma fundamental para repensar as interfaces entre religião, ética e justiça climática. Longe de ser uma tradição marginal, a cosmovisão desse povo amazônico revela um sistema de pensamento que integra de forma indissociável a dimensão espiritual, a ética, a política e o meio ambiente. Essa abordagem, enraizada na reciprocidade e no cuidado com a floresta como um ser vivo, oferece uma leitura crítica e transformadora para o enfrentamento da crise socioambiental contemporânea.

O presente estudo evidenciou que a espiritualidade Paiter-Suruí desafia a hegemonia do saber científico ocidental. Ao valorizar suas narrativas míticas e rituais como fontes válidas de conhecimento, os Paiter-Suruí corrigem a “sociologia das ausências” que, historicamente, invisibilizou e deslegitimou epistemologias não ocidentais. Essa “ecologia de saberes” é indispensável para a justiça climática, pois amplia o horizonte de compreensão da crise e as possibilidades de soluções, reconhecendo que a monocultura do pensamento moderno não é suficiente para a complexidade dos desafios ambientais.

A espiritualidade indígena também ressignifica o conceito de justiça climática, mostrando que ela transcende a mera compensação econômica ou a distribuição de danos e benefícios. Ao defender a dignidade cultural e o reconhecimento de outras ontologias, a cosmovisão Paiter-Suruí encontra profunda afinidade com as propostas de Arturo Escobar (2016) sobre o “pluriverso”. Essa visão demonstra que a justiça climática, em sua forma mais autêntica, deve ser também epistemológica e relacional, reconhecendo que o cosmos habitado por espíritos da floresta é uma realidade que exige respeito e inclusão no debate.

Politicamente, a espiritualidade Paiter-Suruí não é passiva, mas se configura como uma força de resistência e mobilização. Ao traduzir sua cosmovisão para ações de governança territorial, os Paiter-Suruí materializam a ideia de que a política não se restringe à esfera humana. O seu modo de vida e suas práticas rituais podem ser interpretados como uma “representação cosmopolítica” (Stengers, 2005), onde os seres não-humanos são incluídos em uma política mais ampla do que a estatal. A experiência Paiter-Suruí, portanto, oferece um modelo prático e vívido para o “parlamento das coisas” de Bruno Latour (2017), provando que a cosmopolítica pode ser vivida e atuada, e não apenas teorizada.

A interface entre espiritualidade e modernidade, notadamente no Projeto de Carbono Suruí (REDD+), exemplifica a dinamicidade dessa cosmovisão. A espiritualidade atua como um “filtro ético” que orienta a interação com tecnologias

e lógicas externas. Ao utilizar drones e GPS para monitorar a floresta, os Paiter-Suruí não se rendem à lógica moderna, mas a ressignificam, colocando-a a serviço de uma ética ancestral de cuidado com a “casa dos espíritos”. Essa “hibridização controlada” (Albert, 2002) demonstra que a espiritualidade indígena não é um obstáculo ao progresso, mas uma condição para a sustentabilidade, garantindo que as inovações tecnológicas sirvam à vida e não à exploração.

Do ponto de vista ético, a espiritualidade Paiter-Suruí oferece uma ética de cuidado e reciprocidade que se contrapõe ao individualismo dominante. A concepção da floresta como bem comum, cuja proteção é dever de toda a comunidade, antecipa debates sobre a gestão de recursos naturais (Ostrom, 1990) e o “bem viver” (Gudynas, 2011), que criticam o crescimento ilimitado. Conforme Ailton Krenak (2019) aponta, essa cosmologia oferece um horizonte civilizatório alternativo, provando que é possível viver de forma harmoniosa com o ambiente, rejeitando o mito do progresso infinito que está na raiz da crise climática.

Para o campo da teologia e da filosofia da religião, a espiritualidade Paiter-Suruí representa uma fonte de revelação e um convite ao diálogo. Ao perceberem a floresta como “espaço habitado pelo sagrado”, os Paiter-Suruí oferecem um testemunho prático da “sacramentalidade da criação”, um conceito central na teologia ecológica (Moltmann, 1985; Boff, 2012). Essa visão desafia a teologia cristã a superar seu antropocentrismo e a redescobrir a presença divina na pluralidade da criação. A cosmologia indígena se torna, assim, uma interpelação profética que convida as tradições religiosas a se engajarem de forma mais profunda na defesa do planeta.

Enfim, a espiritualidade Paiter-Suruí, ao articular religião, ética e justiça climática de forma integrada, prova que os saberes indígenas são cruciais para o enfrentamento da crise global. A análise demonstrou que as contribuições desse povo não são meramente culturais, mas possuem implicações éticas e políticas profundas, capazes de inspirar novas políticas ambientais e redefinir a própria noção de sustentabilidade. Conclui-se, portanto, que a inclusão das cosmologias indígenas no debate sobre mudanças climáticas não é uma opção, mas uma condição indispensável para a construção de um futuro verdadeiramente justo e eficaz. A espiritualidade Paiter-Suruí oferece um modelo de ecologia integral que ressoa com os anseios de um “ecumenismo ampliado”, onde diferentes tradições espirituais e religiosas possam colaborar para o cuidado da casa comum, garantindo que a floresta, em sua sacralidade e dignidade, seja respeitada como sujeito de vida.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Bruce. Os índios e a modernidade: a reinvenção da identidade indígena no Brasil. *Mana*, v. 8, n. 2, p. 7-27, 2002.
- BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é - o que não é*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- DENZIN, Norman K. *Performance autoethnography*. New York: Routledge. 2018.
- DESCOLA, Philippe. *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard, 2005.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1957.
- ESCOBAR, Arturo. *Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: Ediciones UNAULA, 2016.
- FRANCISCO, Papa. *Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Paulinas, 2015.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GEBARA, Ivone. *Romper o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2001.
- GUDYNAS, Eduardo. *Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo*. Quito: Abya-Yala, 2011.
- JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KLEIN, Naomi. *This changes everything: capitalism vs. the climate*. New York: Simon & Schuster, 2014.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KÜNG, Hans. *Projeto de uma ética mundial*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- LATOUR, Bruno. *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.
- LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

- MIGNOLO, Walter. *The darker side of western modernity: global futures, decolonial options*. Durham: Duke University Press, 2011.
- MINDLIN, Betty. *Nós Paiter: os Suruí de Rondônia*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- MOLTMANN, Jürgen. *Deus na criação: doutrina ecológica da criação*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.
- NEPSTAD, Daniel; SCHWARTZMAN, Stephan; BAMBERGER, Bruce; et al. Inhibition of Amazon deforestation and fire by parks and indigenous lands. *Conservation Biology*, v. 20, n. 1, p. 65-73, 2006.
- OSTROM, Elinor. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- RICOEUR, Paul. *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil, 1990.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SCHLOSBERG, David. *Defining environmental justice: theories, movements, and nature*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- SILVA, Marina. *Civilização sustentável: proposta para um planeta ético*. São Paulo: Planeta, 2020.
- STENGERS, Isabelle. The cosmopolitan proposal. In: LATOUR, Bruno; WEIBEL, Peter (orgs.). *Making things public: atmospheres of democracy*. Cambridge: MIT Press, 2005. p. 994–1003.
- SURUÍ, Almir Narayamoga. *O futuro da floresta está em nossas mãos*. Brasília: Instituto Ethos, 2018.